



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

ORÇAMENTO PARA 2013

(Projeto de Lei nº 24/2012-CN)

Área Temática IX

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

RELATÓRIO APRESENTADO

RELATOR SETORIAL: Deputado WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB/PA)

Dezembro, 2012



SUMÁRIO

I – RELATÓRIO.....	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. ATENDIMENTO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	4
3. A PROPOSTA PARA A ÁREA TEMÁTICA IX	4
3.1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA	5
3.1.1 ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	5
3.1.1.1 PARA O ÓRGÃO 22000 - MAPA.....	5
3.1.1.2 AS PROPOSTAS PARA AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MAPA	10
3.1.2. IMPACTO DA APRECIÇÃO LEGISLATIVA NO ORÇAMENTO DO MAPA.....	16
3.1.3 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MAPA	18
3.2 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	21
3.2.1 A PROPOSTA E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MDA.....	23
3.2.2 A PROPOSTA E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO INCRA	26
3.3 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA.....	28
4. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS APROVADOS.....	29
5. OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES.....	30
6. ANÁLISE DAS EMENDAS.....	30
6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	30
6.2 AJUSTES E ADEQUAÇÕES NAS EMENDAS	30
6.3 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE	31
6.4 PADRÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS.....	32
6.5 ANÁLISE DE MÉRITO DAS EMENDAS	32
6.6 FONTES DE RECURSOS	32
6.7 PARECER ÀS EMENDAS	33
6.7.1 PARECER ÀS EMENDAS INDIVIDUAIS.....	33
6.7.2 PARECER ÀS EMENDAS COLETIVAS	33
II - VOTO DO RELATOR.....	34



RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013 – PLOA 2013, constante do PL nº 24, de 2012-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem Presidencial Mensagem nº 91, de 2012-CN (nº 387, de 2012, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), seus órgãos, entidades e fundos.

RELATOR SETORIAL: **Deputado WANDENKOLK GONÇALVES**

I – RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, no uso das atribuições previstas nos arts. 84, inciso XXIII, e 165, inciso I, da Constituição Federal – CF/88, combinados com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, enviou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial nº 91, de 2012-CN (nº 387, de 2012, na origem), o Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN (PLOA 2013), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”. Esse Projeto de Lei compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

2. No âmbito do Poder Legislativo, cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO examinar e emitir parecer sobre o Projeto, de acordo com o art. 166, § 1º, inciso I, da CF/88.

3. Por designação de seu Presidente, na forma do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006-CN, recebemos a honrosa missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática IX: “Agricultura e Desenvolvimento Agrário”, do referido Projeto de Lei. Esta Área contempla as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), seus órgãos, entidades e fundos.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

2. ATENDIMENTO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

4. Em relação a esta Área Temática, a proposta do Poder Executivo é compatível com a Constituição Federal, com a Lei nº 12.593, de 2012 (Plano Plurianual 2012/2015), com a Lei nº 12.708, de 2012 (LDO 2013) e com a Lei Complementar 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

3. A PROPOSTA PARA A ÁREA TEMÁTICA IX

5. O montante programado para 2013 para a Área Temática IX totaliza R\$ 14,2 bilhões, sendo R\$ 12,4 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 1,8 bilhão do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 29,8 milhões do Orçamento de Investimento das Estatais.

ÁREA TEMÁTICA IX: VALORES PROPOSTOS PARA 2013 - POR ÓRGÃO E ESFERA

R\$1,00					
COD	NOME DO ÓRGÃO	Orç Fiscal	Orç Seg Social	Orç Inv Estatais	TOTAL
22000	M. Ag., Pec. e Abastecimento	7.806.421.317	1.385.809.156	29.806.251	9.222.036.724
49000	M. do Desenvolvimento Agrário	4.340.971.283	389.236.232		4.730.207.515
58000	M. da Pesca e Aquicultura	248.247.363	339.474		248.586.837
TOTAL AT IX		12.395.639.963	1.775.384.862	29.806.251	14.200.831.076

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD.

6. Na tabela a seguir, as despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social desta Área Temática têm, por órgão, unidade orçamentária e por tipo de despesa, a seguinte distribuição:

ÁREA TEMÁTICA IX: AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

VALORES PROPOSTOS PARA 2013: POR ÓRGÃO, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E TIPO DE DESPESA

R\$ 1,00

UO	NOME ÓRGÃO E UO	Desp. Financeira	Desp. Obrigatória	Desp. Discricionária	O. Despesas (PAC)	Total
	M. Ag., Pec. e Abastecimento	2.584.610.287	5.054.003.377	1.553.616.809	-	9.192.230.473
22101	M. Ag., Pec. e Abastecimento	249.732.709	2.745.869.545	917.803.076	-	3.913.405.330
22202	EMBRAPA	5.679.915	1.771.441.198	510.070.775	-	2.287.191.888
22211	CONAB	2.300.000.000	536.692.634	121.150.000	-	2.957.842.634
22906	F. de Defesa da Econ. Cafeeira	29.197.663	-	4.592.958	-	33.790.621
	M. do Desenvolvimento Agrário	82.870.479	1.656.978.073	2.690.358.963	300.000.000	4.730.207.515
49101	M. do Desenvolvimento Agrário	3.660.108	236.688.425	1.020.829.333	300.000.000	1.561.177.866
49201	INCRA	79.210.371	1.420.289.648	1.669.529.630	-	3.169.029.649
	M. da Pesca e Aquicultura	1.066.664	33.795.173	213.725.000	-	248.586.837
58101	M. da Pesca e Aquicultura	1.066.664	33.795.173	213.725.000	-	248.586.837
TOTAL AT IX		2.668.547.430	6.744.776.623	4.457.700.772	300.000.000	14.171.024.825

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD.

7. Os detalhes da programação desses três órgãos serão analisados a seguir, sendo conveniente ressaltar que parte da funcional-programática (subfunções e ações) que estrutura a classificação das despesas foi alterada pelo Executivo na proposta para 2013, o que dificulta, a partir desse exercício, comparações com orçamentos pretéritos.



3.1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

8. O orçamento do MAPA será analisado em três segmentos distintos. Em primeiro lugar vamos comparar as propostas apresentadas para a apreciação do Congresso Nacional (CN) nos exercícios de 2011 e 2012 com a de 2013. Em seguida; vamos analisar o impacto causado nessas propostas em decorrência da apreciação feita pelo CN. Por último, vamos avaliar como as programações aprovadas foram executadas.

3.1.1 ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

3.1.1.1 PARA O ÓRGÃO 22000 - MAPA

9. A despesa orçamentária total proposta para o MAPA em 2013 é de R\$ 9,2 bilhões. Esses créditos abrangem todas as Unidades Orçamentárias e os Fundos que compõem a estrutura organizacional do Ministério, inclusive o orçamento de investimento da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo S. A. (CEAGESP – UO 22.212), cuja proposta alcança R\$ 23,6 milhões; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, S.A. (CEASAMINAS– UO 22.208), com R\$ 4,5 milhões; e Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG – UO 22.209), com gastos previstos da ordem de R\$ 1,7 milhão. A programação completa dessas estatais consta de Anexo a este Parecer.

MAPA - Valores Propostos para 2013
Esferas Fiscal, Seguridade Social e Investimento das Estatais

		R\$ 1,00
Unidade Orçamentária	Valor Proposto	
22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	3.913.405.330	
22202 EMBRAPA	2.287.191.888	
22208 CEASAMINAS	4.500.000	
22209 CASEMG	1.701.780	
22211 CONAB	2.957.842.634	
22212 CEAGESP	23.604.471	
22906 F. de Defesa da Econ. Cafeeira	33.790.621	
TOTAL	9.222.036.724	

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração CONOF/CD

10. No Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o valor total das dotações consignadas para o MAPA em 2013 é de R\$ 9,2 bilhões, montante este 5,6% superior ao valor proposto em 2012 (R\$ 8,7 bilhões).

11. A tabela a seguir mostra as propostas de gastos do Ministério da Agricultura, por grupo de natureza da despesa, no período 2011 a 2013.

MAPA - VALORES PROPOSTOS - 2011 a 2013
POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

R\$ milhões

GND	2011	2012	2013	Diferença (2013-2011)	Média do Período
-----	------	------	------	-----------------------	------------------



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	VALOR	%	VALOR	%
PESSOAL E ENC SOCIAIS	4.103	50,7	4.682	53,8	5.068	55,1	965	23,52	4.618	53,3
JUROS E ENC DA DÍVIDA	3	0,0	1	0,0	1	0,0	-2	(66,67)	2	0,0
OUTRAS DESP CORRENTES	1.291	15,9	1.286	14,8	1.504	16,4	213	16,50	1.360	15,7
INVESTIMENTOS	399	4,9	429	4,9	285	3,1	-114	(28,57)	371	4,3
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.300	28,4	2.300	26,4	2.300	25,0	0	-	2.300	26,5
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2	0,0	4	0,0	4,5	0,0	3	125,00	4	0,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	29	0,3	29	x	10	0,1
TOTAL	8.098	100,0	8.702	100,0	9.192	100,0	1.094	14	8.664	100,0

Fonte: SIAFI - Elaboração COFF/CD

12. Nessa tabela pode-se ver que o acréscimo de R\$1,1 bilhão na proposta de 2013 em relação à de 2011 foi quase totalmente absorvido pelas despesas com Pessoal e Encargos Sociais (+ R\$1 bilhão). Esse item é responsável por 53%, em média, dos gastos propostos para essa Pasta no período 2011 a 2013. Pode-se, também, observar uma forte redução nos gastos propostos para Investimento (28% no período).

13. A tabela a seguir mostra aspectos da descentralização da programação proposta para o MAPA. Em 2013, praticamente toda a programação desta Pasta deverá ser executada diretamente (99%). Isso equivale a uma mudança radical de procedimento. No caso, por exemplo, das transferências voluntárias aos estados, a redução proposta atinge a mais de 70% em relação a 2011. Esse movimento, provavelmente teria a intenção de dificultar a apresentação de emendas de remanejamento das bancadas estaduais, nos termos do art. 48, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

**MAPA: VALORES PROPOSTOS - 2011 a 2013
POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

R\$ mil

TRANSFERÊNCIAS A:	2011		2012		2013		Var. % (2013/11)
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	%	
30 GOVERNO ESTADUAL	109.180	1,35	62.407	0,72	32.735	0,36	(70,02)
40 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	4.000	0,05	1.838	0,02	2.000	0,02	50,00
50 ENTID. PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	17.219	0,21	12.838	0,15	8.912	0,10	48,24
60 INST. PRIVADA COM FIM LUCRATIVO	591	0,01	602	0,01	274	0,00	(53,64)
71 Consórcios Públicos	1.500	0,02	200	0,00	0	-	(100,00)
80 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	-	-	200	0,00	0	-	-
90 APLICAÇÃO DIRETA	7.734.451	95,51	8.347.676	95,93	8.762.246	95,32	13,29
91 APLIC. DIR. ENTRE ORG, FUND E ENTID.	230.757	2,85	276.200	3,17	356.866	3,88	54,65
99 A definir	-	-	-	-	29.198	0,32	-
TOTAL	8.097.698	100	8.701.961	100	9.192.231	100	13,52

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração CONOF/CD.

14. No que tange às fontes de recursos, a proposta para 2013 (Ver próxima tabela) não apresenta grandes alterações em relação à estrutura de financiamento que foi apresentada em 2011 e 2012. As duas principais fontes em termos de volume de recursos são: Fonte 100 - Recursos Ordinários, com 61% do total e Fonte 160 - Recursos de Operações Oficiais de Crédito, com 25%.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

**MAPA: VALORES PROPOSTOS 2011 a 2013
POR FONTES DE RECURSOS**

R\$ mil

Cod	FONTE	2011		2012		2013	
		Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
100	Recursos Ordinários	4.696.502	58,00	5.623.727	64,63	5.598.864	60,91
160	Rec. Operações Oficiais de Crédito	2.300.000	28,40	2.300.000	26,43	2.300.000	25,02
	SUBTOTAL	6.996.502	86,40	7.923.727	91,06	7.898.864	85,93
	Outras Fontes	1.101.196	13,60	778.034	8,94	1.293.366	14,07
	TOTAL	8.097.698	100	8.701.761	100	9.192.230	100

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF- Elaboração CONOF/CD

15. Na tabela a seguir, observa-se que mais da metade das despesas do MAPA são despesas primárias obrigatórias e que apenas 17% são primárias discricionárias. Salienta-se, também, que essa Pasta não tem despesa no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

**MAPA: VALORES PROPOSTOS - 2013
POR IDENTIFICADOR DO RESULTADO FISCAL**

R\$ 1,00

IDENTIFICADOR	VALOR	(%)
RP 0: DESPESA FINANCEIRA	2.584.610.287	28,12
RP 1: DESPESA PRIMÁRIA OBRIGATÓRIA	5.054.003.377	54,98
RP 2: DESPESA PRIMÁRIA DISCRICIONÁRIA	1.553.616.809	16,90
RP 3: DESPESA DO PAC	-	-
TOTAL	9.192.230.473	100,00

Fonte: SIAFI/MF, PRODASEN. Elaboração CONOF/CD

16. A gestão da programação deste Órgão, nas esferas fiscal e da seguridade social, é feita por meio de quatro unidades orçamentárias. Na tabela abaixo mostramos os valores propostos para essas Unidades no período 2011 a 2013.

**MAPA - VALORES PROPOSTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIOS 2011-2013**

R\$ mil

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2011	2012	2013
22101 MAPA – Adm. Central	3.433.744	3.741.051	3.913.405
22202 EMBRAPA	1.780.953	1.968.492	2.287.192
22211 CONAB	2.837.934	2.961.543	2.957.843
22906 FUNCAFÉ	45.067	30.675	33.791
TOTAL	8.097.698	8.701.761	9.192.230

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração CONOF/CD



17. Lembramos ainda que as Ações 8924 “Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agricultura”, com dotação de R\$ 76,6 milhões e 20TB “Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial – Na Amazônia Legal”, com dotação da ordem de R\$ 20,4 milhões, que constam das propostas para a EMBRAPA e CONAB, respectivamente, foram indicadas como ações do Plano Brasil sem Miséria (PBSM) no anexo que trata das informações complementares ao PLOA 2013. Sendo assim, nos termos do art. 4º da Lei nº 12.708, de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – LDO 2013) essas ações são consideradas prioritárias para o exercício de 2013.

18. Como já ressaltado anteriormente, o acesso às informações detalhadas sobre a execução orçamentária a partir do exercício de 2013 ficará bastante prejudicado em razão das alterações procedidas pelo Executivo na classificação orçamentária deste Projeto de Lei. Recorde-se que no Exercício de 2012 o Executivo já havia promovido uma total reformulação na classificação orçamentária dos programas desse órgão. Cerca de dezenove programas foram extintos. Dos existentes no exercício de 2011, três permaneceram com a mesma denominação. Oito programas novos foram criados.

19. Nesta proposta, as ações tornaram-se agregações genéricas de ações específicas e subfunções foram consolidadas. Perdem-se, assim, séries históricas importantes para a análise e diagnóstico de fatos sociais, econômicos, orçamentários e financeiros. Na relação abaixo ilustramos alguns desses casos no âmbito da Pasta da Agricultura.

NOME ATUAL DA AÇÃO	NOME DAS AÇÕES INCORPORADAS¹
20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário	<ul style="list-style-type: none">➤ Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada.➤ Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção – INFRALOG.➤ Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas.➤ Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias.➤ Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG➤ Fomento à Inovação no Agronegócio➤ Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação➤ Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo.➤ Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.
20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none">➤ Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa➤ Erradicação da Mosca da Carambola➤ Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais➤ Erradicação da Febre Aftosa➤ Estruturação do Centro de Inteligência e

¹ As ações incorporadas fazem parte do PO (Plano Orçamentário). Trata-se de um esquema de controle interno da SOF. O PO (Plano Orçamentário) é uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante na LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo (localizador de gasto) da ação” (MTO 2013 – SOF/MPOG).

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formação em Defesa Agropecuária ➤ Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal ➤ Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária ➤ Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
20ZS - Desenvolvimento da Agroenergia	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas para o Desenvolvimento Sustentável ➤ Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas ➤ Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética ➤ Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia ➤ Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau

20. É importante ressaltar que as ações incorporadas não têm dotações específicas na proposta orçamentária para 2013. Ou seja, o Congresso Nacional desconhece os valores a elas destinados. Não é possível identificar, por exemplo, quanto o orçamento de 2013 está alocando especificamente na “Erradicação da Febre Aftosa” ou no “Controle da Doença da Vassoura de Bruxa”, pois elas foram agregadas, junto com outras, a uma única Ação. Desta maneira, as autorizações para remanejamentos constantes do texto da lei orçamentária ficam, automaticamente, aumentadas e sem o devido conhecimento e controle do Legislativo.

21. Da mesma forma, existem as alterações nos códigos e na nomenclatura das subfunções, tornando difícil a comparação das alocações entre exercícios financeiros. Há subfunções que foram retiradas do Órgão, como por exemplo, as Subfunções 121 – Planejamento e Orçamento; 126 - Tecnologia da Informação; 606 – Extensão Rural. Já as Subfunções “608 – Promoção da Produção Agropecuária” e “609 – Defesa Agropecuária” são agregações das Subfunções 601, 602, 603 e 604 (Ver tabela a seguir).

**MAPA - VALORES PROPOSTOS PARA 2012 E 2013
POR SUBFUNÇÃO**

R\$ 1,00

CODIGO	NOME DA SUBFUNÇÃO	PLOA 2012	PLOA 2013
121	Planejamento e Orçamento	1.762.021	
122	Administração Geral	3.655.854.038	4.021.242.591
125	Normatização e Fiscalização	61.185.398	58.410.474
126	Tecnologia da Informação	40.000.000	
128	Formação de Recursos Humanos	18.754.500	
131	Comunicação Social	19.350.000	15.671.834
212	Cooperação Internacional	150.000	
272	Previdência do Regime Estatutário	1.296.720.000	1.310.388.680
301	Atenção Básica	73.479.870	75.420.476
306	Alimentação e Nutrição	112.800.000	131.820.000
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	14.997.144	14.369.676
365	Educação Infantil	10.560.000	12.372.000
367	Educação Especial	1.000.000	
541	Preservação e Conservação Ambiental	1.506.600	1.689.364
545	Meteorologia	28.689.712	40.000.000
572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	480.867.735	427.979.896

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	65.232.260	76.580.479
601	Promoção da Produção Vegetal	153.173.764	
602	Promoção da Produção Animal	2.237.115	
603	Defesa Sanitária Vegetal	73.989.262	
604	Defesa Sanitária Animal	141.850.000	
605	Abastecimento	2.398.379.163	2.326.950.000
606	Extensão Rural	13.489.822	
607	Irrigação	250.000	
665	Normalização e Qualidade	10.969.618	1.769.000
691	Promoção Comercial	7.798.075	8.436.311
844	Serviço da Dívida Externa	4.619.957	5.679.915
846	Outros Encargos Especiais	12.094.698	20.018.334
608	Promoção da Produção Agropecuária		443.684.297
609	Defesa Agropecuária		170.549.483
999	Reserva de Contingência		29.197.663
TOTAL		8.701.760.752	9.192.230.473

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD

22. No próximo segmento analisamos as propostas apresentadas para cada uma das Unidades Orçamentárias do MAPA.

3.1.1.2 AS PROPOSTAS PARA AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MAPA**3.1.1.2.1 UO 22202: EMBRAPA**

23. A proposta orçamentária de 2013 para a EMBRAPA finalmente alcançou e ultrapassou a casa dois bilhões de reais, chegando a R\$ 2,3 bilhões. Este montante é superior ao da proposta do exercício anterior em cerca de R\$ 319 milhões. Entretanto, o detalhamento desse acréscimo indica uma redução nos valores propostos para as atividades finalísticas dessa Empresa, principalmente daquelas dirigidas ao desenvolvimento tecnológico, onde a perda de recursos atinge R\$ 32 milhões, ao passo que as “atividades meio” tiveram um reforço de dotações da ordem de R\$ 328 milhões.

**EMBRAPA: VALORES PROPOSTOS - 2011 a 2013
POR SUBFUNÇÃO**

R\$1,00

SUBFUNÇÃO	PLOA 2011		PLOA 2012		PLOA 2013	
	Dotação	Part. %	Dotação	Part. %	Dotação	Part. %
ATIVIDADES FINALÍSTICAS	426.626.665	24	513.844.494	26	504.561.375	22
572: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	399.086.806	22	459.567.639	23	427.979.896	19
573: Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	27.539.859	2	54.276.855	3	76.581.479	3
ATIVIDADES MEIO	1.354.325.940	76	1.454.647.244	74	1.782.630.513	78
TOTAL	1.780.952.605	100	1.968.491.738	100	2.287.191.888	100

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD

24. A EMBRAPA é responsável por duas ações (Ver Quadro a seguir) do Programa “Brasil Sem Miséria” do Poder Executivo. As ações deste Programa são consideradas prioritárias nos termos do art. 4º da Lei nº 12.708, de 2012 (LDO 2013).



EMBRAPA - AÇÕES COM RECURSOS DO PROGRAMA "BRASIL SEM MISÉRIA"
VALORES PROPOSTOS - PLOA 2013

R\$ 1,00

COD	NOME DA AÇÃO	VALOR PROPOSTO
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	600.000
8924	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS PARA A AGROPECUÁRIA	76.580.479

Fonte: PLOA 2013.

3.1.1.2.2 UO 22211: CONAB

25. Em nossa análise, notamos que a proposta orçamentária da CONAB para 2013 (R\$ 3 bilhões) é, praticamente, a mesma apresentada no exercício anterior. Essa estabilidade é também observada em relação ao principal programa dessa Unidade Orçamentária (Programa 2014). Entretanto, vê-se na tabela a seguir, que o Programa nº 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional, ficou com menos de um terço dos recursos que lhe foram inicialmente alocados em 2012.

26.

CONAB: ORÇAMENTOS PARA 2011 - 2012
VALORES PROPOSTOS - POR PROGRAMA

R\$ mil

COD	PROGRAMAS	PLOA 2012	PLOA 2013
901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	7.554.698	14.848.334
2012	Agricultura Familiar	217.000.000	200.000.000
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	2.109.858.210	2.108.600.000
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	70.900.000	20.350.000
2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	556.229.708	614.044.300
TOTAL		2.961.542.616	2.957.842.634

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD

27. Na tabela seguinte apresentam-se as ações que também integram o Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, mas não estão incluídas na proposta para o MAPA ou CONAB. Tais créditos, no valor total de R\$ 9,7 bilhões, constam das Unidades Orçamentárias nº 74101 - Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, 74901 – Rec. Sob Supervisão do FUNCAFÉ e 25904 - Fundo de Estabilização do Seguro Rural. São classificados em "outras despesas correntes" (GND3) e se destinam à equalização de juros e preços, à garantia e sustentação de preços em operações de financiamento e empréstimo rurais, bem como à cobertura de déficit nas operações do seguro rural.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

**AÇÕES DO PROGRAMA 2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO
ÓRGÃOS 74000 E 25000 - PLOA 2013**

R\$ 1,00

Ação	74101 - Rec. sob Sup. da STN - MF	6.323.125.445
0294	Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	1.574.605.000
0298	Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	227.960.000
0299	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	450.000.000
0300	Equalização para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992). - Nacional	1.700.000.000
0301	Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	1.710.623.000
0373	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999) - Nacional	11.276.445
0611	Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999) - Nacional	583.269.000
0297	Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - No Estado da Bahia	7.392.000
00GO	Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural (Lei nº 12.249, de 2010) - Nacional	58.000.000
74901 - Rec. Sup. FUNCAFÉ - MAPA		3.323.538.242
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	3.180.538.242
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	143.000.000
25904 - F. Estab. do Seguro Rural		16.800.000
0026	Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural - Nacional	16.800.000
TOTAL		9.663.463.687

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD

28. Observamos, ainda, que no programa de trabalho desta Unidade consta a Ação 20TB - Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial, com dotação de R\$ 20.350.000,00 que faz parte do Programa “Brasil Sem Miséria” do Poder Executivo, indicado como prioridade no Orçamento para 2013, nos termos do art. 4º da Lei nº 12.708, de 2012 (LDO 2013).

3.1.1.2.3 UO 22906: FUNCAFÉ

29. O valor total da proposta orçamentária do FUNCAFÉ para 2013 (R\$ 33,8 milhões) é 10,1 % superior ao apresentado em 2012 (R\$ 30,7 milhões). Este aumento, apesar de significativo, não foi suficiente para reverter a tendência de queda das dotações deste Fundo, como pode ser observado pelos valores das médias trienais mostradas na tabela a seguir.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

**FUNCAFÉ: PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS
NO PERÍODO 2009-13**

R\$ mil			
Exercício	Valor	Variação (%)	Média Trienal
2009	41.325	3,3	
2010	42.361	2,51	42.918
2011	45.067	9,06	39.368
2012	30.675	-27,59	36.511
2013	33.791	10,16	

Fonte: SIAFI/MF; PRODASENSF - Elaboração CONOF/CD

30. Note-se na tabela a seguir, que as despesas de financiamento do agronegócio do café (Ação 0012) constam apenas da Unidade Orçamentária 74901 – Recursos sob Supervisão do FUNCAFÉ – MAPA, do Órgão Contábil Operações Oficiais de Crédito. Para 2013 as despesas com essa ação estão fixadas em R\$ 3,1 bilhões. Os recursos para subsidiar essa operação especial por meio da equalização da taxa de juros dos financiamentos concedidos (Ação OA27) estão fixados em R\$ 143 milhões.

**AGRONEGÓCIO CAFÉ
PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS - 2011 A 2013**

		R\$1,00		
ECONOMIA CAFFEEIRA		PLOA 2011	PLOA 2012	PLOA 2013
22906 - F. de Defesa da Econ. Cafeeira		45.066.963	30.675.052	33.790.621
2000	Administração da Unidade	5.867	5.175	
2825	Conservação dos Estoques Reguladores de Café	9.000	5.000	
2C94	Promoção do Café Brasileiro	9.000	5.000	
4641	Publicidade de Utilidade Pública	5.000	3.000	500
4717	Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café	1.000	500	
4792	Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas	200		
4803	Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura	15.000	12.000	
20Y8	Desenvolvimento da Cafeicultura - Nacional			4.093
0Z00	Reserva de Contingência			29.198
74901 - Rec. Sup. FUNCAFÉ - MAPA		2.669.706	2.863.713	3.323.538
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	2.539.706	2.733.713	3.180.538
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei 8.427, de 1992) (1)	130.000	130.000	143.000
TOTAL		47.736.669	33.538.765	37.114.159

Fonte: SIAFI-PRODASEN - Elaboração COFF/CD

3.1.1.2.4 UO 22101: MAPA

31. Na proposta apresentada para a Unidade Orçamentária 22101 – Administração Central do MAPA as despesas fixadas para 2012 atingem R\$ 3,9 bilhões, o que corresponde a um aumento de 4,6% em comparação aquelas de 2011 (R\$ 3,7 bilhões).



Trata-se de uma redução de mais de quatro pontos percentuais em relação ao acréscimo verificado no exercício anterior (9%).

UO 22101 - MAPA Ad.Central - Proposta Orçamentária

Período: 2010-2013

Exercício	Valor	Variação (%)
2010	3.209.418	
2011	3.433.744	7,0
2012	3.741.051	9,0
2013	3.913.405	4,6

R\$ mil

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF - Elaboração CONOF/CD

32. Nossa análise revela ainda que desse total apenas R\$ 718 milhões (18%) estão destinados às ações finalísticas da Administração Central do Ministério da Agricultura. Os Programas de Gestão e Manutenção e Previdência de Inativos e Pensionistas consomem R\$ 3,9 bilhões, ou seja, 82% do total das dotações dessa Unidade. As despesas com pessoal e encargos sociais, embora estejam estabilizadas, ainda permanecem como o item mais significativo nas despesas. Em 2013 devem atingir cerca de R\$ 2,9 bilhões (75% do total de gastos da UO), dos quais R\$ 1,3 bilhão com inativos e pensionistas.

**UO 22101 - MAPA Ad. Central: Proposta Orçamentária para 2013
Por Programas**

PROGRAMAS	VALOR	(%)
COM AÇÕES FINALÍSTICAS	718.445.971	18,36
2028: Defesa Agropecuária	226.959.957	5,80
2014: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	472.652.680	12,08
2042: Inovações para a Agropecuária	18.833.334	0,48
COM AÇÕES MEIO	3.194.959.359	81,64
0901: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	20.000	0,00
2105: Programa de Gestão e Manutenção do MAPA	1.884.550.679	48,16
0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.310.388.680	33,48
TOTAL	3.913.405.330	100,00

R\$ 1,00

Fonte: SIAFI/MG; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD

33. Na tabela a seguir apresentamos as ações relacionadas aos programas finalísticos dessa Unidade Orçamentária. O “Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização” destaca-se como o principal programa da Unidade. Esse Programa comporta a Ação 099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, com R\$ 400 milhões. Este valor é mais de três vezes superior ao proposto em 2012 (R\$120 milhões).

34. No Programa 2028 – Defesa Agropecuária, o destaque fica com a ação 20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária, com R\$ 171 milhões.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

**UO 22101: MAPA Ad. Central: Proposta Orçamentária para 2013
Por Programas e Ações Finalísticas**

		R\$ 1,00	
COD	PROGRAMA/AÇÃO	VALOR	(%)
Prog. 2014: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		472.652.680	65,79
0064	Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	274.416	0,04
8593	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC	1.689.364	0,24
8606	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	1.769.000	0,25
20ZS	Desenvolvimento da Agroenergia	1.801.666	0,25
147S	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	4.857.150	0,68
20ZU	Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	6.963.500	0,97
20ZT	Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	8.436.311	1,17
20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário	11.718.423	1,63
2161	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	35.142.850	4,89
099F	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	400.000.000	55,68
Prog. 2028: Defesa Agropecuária		226.959.957	31,59
20ZW	Promoção da Defesa Agropecuária	170.549.483	23,74
20ZX	Fiscalização de Atividades Agropecuárias	56.410.474	7,85
Prog. 2042: Inovações para a Agropecuária		18.833.334	2,62
20ZY	Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacao	18.833.334	2,62
TOTAL		718.445.971	100

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD

35. Com o objetivo de preparar o setor para uma esperada expansão da produção agropecuária da ordem de 40% até 2019, o Governo Federal havia proposto consolidar o Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC, lançado em 2010. A estratégia de recuperar para a produção agropecuária a imensa área de terras degradadas que se estima seja três vezes superior à área atualmente utilizada para o plantio de grãos é, sem dúvidas, louvável. Apesar de esse propósito estar imbuído de mérito, verifica-se que os recursos nela alocados (R\$ 1,5 milhão, em 2012, e R\$ 1,7 milhão, em 2013) dificilmente permitirão ao MAPA apresentar resultados que se aproximem da intenção citada.

36. A seguir apresentamos um resumo da análise da proposta para 2013 do MAPA e suas Unidades Orçamentárias em relação à que foi encaminhada pelo Executivo no exercício anterior:

- ✓ A proposta de orçamento para o MAPA cresce quase 6% e ultrapassa os nove bilhões de reais em 2013.
- ✓ Caem fortemente os gastos com Investimento na proposta orçamentária para o MAPA.
- ✓ Quase toda a execução do orçamento do MAPA deverá ser feita por meio de aplicações diretas. O valor das transferências voluntárias aos estados cai pelo segundo ano consecutivo (48% em relação à 2012 e 70% em relação a 2011).

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

- ✓ Proposta para a EMBRAPA pela primeira vez ultrapassa 2 bilhões de reais, mas recursos para pesquisa diminuem.
- ✓ Governo mais que triplica apoio ao Seguro Rural. Prevê R\$ 400 milhões de subvenção ao prêmio do seguro rural na programação do MAPA e anuncia R\$ 16, 8 milhões para cobertura de déficit nas operações de seguro rural.
- ✓ MAPA tem ação de apoio ao desenvolvimento da agricultura de baixo carbono para recuperar áreas de terras degradadas para a produção agropecuária.
- ✓ MAPA continuará apoiando o pequeno e médio produtor rural na Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário.
- ✓ Além de fazer pesquisa a EMBRAPA também apoia as Organização Estaduais de Pesquisa Agrícola. Previstos R\$ 10 milhões na proposta.
- ✓ A CONAB amplia o atendimento à população ribeirinha da Amazônia Legal por meio de serviço de abastecimento móvel fluvial.

3.1.2. IMPACTO DA APRECIÇÃO LEGISLATIVA NO ORÇAMENTO DO MAPA

37. Nesta parte vamos apresentar as principais alterações decorrentes do processo de apreciação do projeto de lei orçamentária pelo Congresso Nacional nos exercícios de 2011 e 2012, de forma a permitir a formação de uma expectativa em relação ao exercício de 2013. Para isso, vamos comparar os valores propostos com os valores aprovados nas respectivas leis orçamentárias, incluindo os eventuais vetos.

38. Pode-se, então, verificar na tabela a seguir que, em relação à Pasta da Agricultura, a UO MAPA é a que mais recebe atenção dos parlamentares por ocasião da apreciação da proposta orçamentária no Congresso Nacional. No período, as emendas apresentadas tiveram o efeito de acrescentar quase R\$ 2,7 bilhões à programação inicialmente proposta pelo Executivo. Em seguida, embora bem mais modestamente, o orçamento da EMBRAPA foi aumentado, em média, em cerca de R\$ 90 milhões nos exercícios de 2011 e 2012. Como resultado, para o Órgão, o impacto total se aproxima dos R\$ 3 bilhões.

MAPA - VALORES PROPOSTOS E APROVADOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIOS 2011-2013

R\$ mil

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2011				2012				2013	Média dos Acréscimos [B=(D+E)/2]	SOMA (A+B)
	PLOA	APROVADO	DIFERENÇA		PLOA	APROVADO	DIFERENÇA		PLOA (A)		
			VALOR (D)	(%)			VALOR (E)	(%)			
MAPA – Adm. Central	3.433.744	4.579.292	1.145.548	33,36	3.741.051	5.283.801	1.542.750	41,24	3.913.405	1.344.149	5.257.554
EMBRAPA	1.780.953	1.829.270	48.317	2,71	1.968.492	2.099.911	131.419	6,68	2.287.192	89.868	2.377.060
CONAB	2.837.934	2.837.934	0	-	2.961.543	2.962.543	1.000	0,03	2.957.843	500	2.958.343
FUNCAFÉ	45.067	45.067	0	-	30.675	30.675	0	-	33.791	0	33.791
TOTAL	8.097.698	9.291.563	1.193.865	14,74	8.701.761	10.376.930	1.675.169	19,25	9.192.231	1.434.517	10.626.748

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração CONOF/CD



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

39. Vê-se, na tabela a seguir, que a preferência dos parlamentares, por ocasião da apreciação do orçamento do MAPA tem incidido, claramente, em rubricas destinadas a investimentos, onde se classificam as ações relacionadas a obras, máquinas e equipamentos. O valor acrescido nessa etapa chega a ser mais do que o triplo do valor inicialmente proposto pelo Executivo. Em seguida, o ajuste mais importante refere-se a outras despesas correntes, com acréscimo médio de R\$ 282 milhões no biênio 2011-12.

**MAPA - VALORES PROPOSTOS E APROVADOS - 2011 a 2013
POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA**

R\$ milhões

GND	2011			2012			PLOA 2013	ACRESCIMO MÉDIO (2011-12)
	PLO A	APROVADO	VALOR ACRESCIDO	PLO A	APROVADO	VALOR ACRESCIDO		
PESSOAL E ENC SOCIAIS	4.103	4103	-	4.682	4.682	-	5.068	-
JUROS E ENC DA DÍVIDA	3	3	-	1	1	-	1	-
OUTRAS DESP CORRENTES	1.291	1577	286	1.286	1.565	279,0	1.504	282,5
INVESTIMENTOS	399	1212	813	429	1.825	1.396,0	285	1.104,5
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.300	2300	-	2.300	2.300	-	2.300	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2	2	-	4	4	-	4,5	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		94	94			-	29	47,0
TOTAL	8.098	9291	1.193,0	8.702	10.377	1.675,0	9.192	1.434

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD

40. A tabela a seguir mostra os reflexos das alterações realizadas pelo Congresso Nacional no quadro de descentralização da execução orçamentária do MAPA no biênio 2011 – 2012. Nota-se que os parlamentares apresentaram divergência de entendimento em relação ao Executivo. Enquanto, como já visto, este demonstra uma tendência de concentrar a execução orçamentária na Administração Direta (99%), as alterações realizadas na proposta indicam uma preferência pela execução descentralizada. Entre 2011 e 2012 cerca de 57% do valor acrescido ao orçamento pelo Congresso Nacional foram autorizados para serem executados pelos entes estaduais e municipais.

**MAPA: VALORES PROPOSTOS E APROVADOS - 2011 a 2013
POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

R\$ mil

TRANSFERÊNCIAS A:	2011			2012			PLOA 2013	ACRESCIMO MÉDIO (2011-12)
	PLOA	APROVADO	DIFERENÇA	PLOA	APROVADO	DIFERENÇA		
30 GOVERNO ESTADUAL	109.180	290.944	181.764	62.407	447.611	385.204	32.735	283.484
40 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	4.000	409.515	405.515	1.838	666.530	664.692	2.000	535.104
50 ENTID. PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	17.219	30.869	13.650	12.838	18.798	5.960	8.912	9.805
60 INST. PRIVADA COM FIM LUCRATIVO	591	591	-	602	602	-	274	-
71 CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.500	1.500	-	200	7.300	7.100	0	3.550



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

80 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				-	200	200	-	0	-
90 APLICAÇÃO DIRETA	7.734.451	8.192.181	457.730	8.347.676	8.890.648	542.972	8.762.246	500.351	
91 APLIC. DIRETA ENTRE ORG, FUND E ENTIDADES	230.757	230.757	-	276.200	276.255	55	356.866	28	
99 A definir		135.206	135.206		69.986	69.986	29.198	102.596	
TOTAL	8.097.698	9.291.563	1.193.865	8.701.961	10.377.930	1.675.969	9.192.231	1.434.917	

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN.
Elaboração CONOF/CD.

41. Ainda com relação ao impacto da apreciação da proposta do MAPA, mostramos a seguir, como ele foi efetivamente construído por meio das emendas aprovadas por tipo de autores.

**MAPA - IMPACTO DA APRECIÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2012
POR TIPO DE AUTOR E CILHOS DE APRECIÇÃO**

R\$ 1,00

TIPO DE AUTOR	CICLO SETORIAL		CICLO REL GERAL		DIFERENÇA ENTRE CICLOS
	VALOR	(%)	VALOR	(%)	
BANCADAS ESTADUAIS	113.040.000	10,19	409.341.141	24,25	296.301.141
COMISSÕES	175.450.638	15,82	226.800.000	13,43	51.349.362
INDIVIDUAIS	820.885.280	74,00	820.635.280	48,61	(250.000)
RELATOR GERAL	-	-	231.500.000	13,71	231.500.000
TOTAL	1.109.375.918	100,00	1.688.276.421	100	578.900.503

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD.

42. Em razão do momento de observação das informações constantes dessa tabela, observa-se uma diferença de cerca de R\$ 12 milhões entre os dados anteriormente analisados e que se devem a ajustes de consolidação feitos pelo Relator Geral. Apesar disso, é possível verificar que a estrutura da apreciação setorial é bastante alterada no ciclo do Relator Geral. As emendas de bancada receberam mais R\$ 296 milhões e as de Comissão mais R\$ 51 milhões. Além disso, o próprio Relator, em decorrência de autorizações obtidas por ocasião da votação do Relatório Preliminar, acrescenta mais R\$ 232,5 milhões à programação do MAPA.

3.1.3 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MAPA

43. Na tabela a seguir pode-se verificar que faltando pouco mais de um mês para o fechamento do exercício, apenas a metade das despesas autorizadas para o MAPA foi executada. Note-se ainda que o valor médio do Índice de Execução Orçamentária (IEO = 49,9%), medido pela relação entre o valor das despesas liquidadas e o valor das despesas autorizadas, está sendo influenciado pela execução das despesas com pessoal (78%). As despesas com investimentos e outras despesas correntes apresentam um IEO de apenas 5,2% e 48,2%, respectivamente.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

**MAPA - DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
Execução Orçamentária 2011 e 2012**

R\$ 1,00

Grupo Natureza da Despesa - GND	Execução 2011			Execução 2012		
	Autorizado	Liquidado	IEO (%) (2)	Autorizado	Liquidado	IEO (%) (2)
Pessoal e Encargos Sociais	4.899.753.261	4.884.978.576	99,70	5.011.117.518	3.999.644.010	79,82
Juros e Encargos da Dívida	2.747.104	971.875	35,38	992.008	682.847	68,83
Outras Despesas Correntes	1.610.801.635	1.248.616.913	77,52	1.599.313.861	771.251.463	48,22
Investimentos	1.197.393.293	737.840.062	61,62	1.816.712.609	94.384.172	5,20
Inversões Financeiras	2.300.000.000	1.233.153.874	53,62	2.443.000.000	558.102.949	22,84
Amortização da Dívida	2.024.000	1.990.491	98,34	3.627.949	2.262.310	62,36
Reserva de Contingência	94.125.845	0	-			
Total	10.106.845.138	8.107.551.791	80,22	10.874.763.945	5.426.327.751	49,90

(1) Execução até 14/11/2012

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração CONOF/CD

44. Essa lentidão no processo de execução da despesa orçamentária é observada em títulos de grande relevância para o setor agropecuário, como os listados na tabela a seguir. Apenas 3,5% dos créditos destinados a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário foram executados até o dia 14 de novembro do corrente. Aliás, é difícil perceber as razões que levam à concentração de execução no final do ano de itens tipicamente caracterizados como atividade de natureza continuada como aqueles relacionados com a defesa sanitária (IEO entre 52% e 63%) e com a pesquisa agropecuária (IEO de 25,3%).

**MAPA – ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IEO
Títulos Selecionados - 2011 e 2012**

R\$ 1,00

Títulos Selecionados	2011		2012(3)	
	AUTORIZADO (1)	EXECUTADO (2)	AUTORIZADO	EXECUTADO
PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (4)	916.415.203	477.773.776	1.416.301.271	49.859.298
IEO (7)	52,14%		3,52%	
DEFESA ANIMAL (5)	144.428.143	136.005.354	145.397.124	91.491.506
IEO	94,17%		62,93%	
DEFESA VEGETAL (6)	85.594.650	77.971.582	68.579.812	36.154.762
IEO	91,09%		52,72%	
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (8)	413.341.811	405.920.401	559.753.324	141.686.870
IEO	98,20%		25,31%	

(1) Autorizado em Lei, incluindo os efeitos de créditos adicionais aprovados e remanejamentos autorizados no exercício.

(2) Valor liquidado

(3) Execução até 14/11/2012

(4) Em 2011: Ação 7H17 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário + Ação 8611: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário e em 2012: Ação 8611: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

(5) Total da Subfunção 604- Defesa Sanitária Animal

(6) Total da Subfunção 603 - Defesa Sanitária Vegetal

(7) IEO = Executado/Autorizado*100 (%)

(8) Subfunção 572: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia



45. Em 2011, o quadro era semelhante. A maior parte da execução dos itens relacionados com investimentos e despesas correntes foi executada nas quatro últimas semanas do exercício, logo após a publicação do Decreto nº 7.622, de 22 de novembro de 2011, que descontingenciou cerca de R\$ 8,5 bilhões de despesas não obrigatórias.

46. A tabela a seguir mostra a execução orçamentária dos programas do MAPA até 14-11-2012. Destacam-se os baixos níveis de execução de programas importantes para a agricultura, tais como Agropecuária Sustentável Abastecimento e Comercialização (IEO = 19%), Inovações para a Agropecuária (IEO = 23,7%) e Defesa Agropecuária (IEO = 38,7%). Vale lembrar que como se trata de nomenclatura nova, não há possibilidade de comparar a execução orçamentária de 2012 com execuções pretéritas.

MAPA - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012 (1) - POR PROGRAMAS

							R\$ mil
COD	PROGRAMA	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pagos	IEO	
0351	A CLASSIFICAR	130.250	0	0	0	-	
2012	Agricultura Familiar	217.000	0	0	0	-	
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	70.900	0	0	0	-	
2013	Agricultura Irrigada	250	58	19	19	7,73	
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	3.817.301	1.143.642	729.651	615.086	19,11	
0022	Combustíveis	150	59	36	36	23,70	
2042	Inovações para a Agropecuária	666.213	229.013	157.978	151.977	23,71	
2028	Defesa Agropecuária	375.177	189.022	145.242	132.578	38,71	
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	4.620	2.945	2.945	2.945	63,75	
2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.236.099	3.363.026	3.292.225	3.282.174	77,72	
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.321.620	1.065.109	1.065.109	1.065.109	80,59	
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	35.185	33.127	33.123	33.100	94,14	
TOTAL		10.874.764	6.026.002	5.426.328	5.283.024	49,90	

(1) Execução até 14-11-2012

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD.

47. Contrasta, também, a diferença entre os índices de execução entre os itens relacionados com a execução descentralizada e aqueles de execução direta. Quando a despesa está prevista para ser executada por meio de transferência voluntária a estado ou município, os índices são baixos (13% e 6%, respectivamente). Mas quando a execução é direta, os índices alcançam 54% e 82%. Coincidentemente, a maior parte das emendas parlamentares é destinada a estados ou municípios específicos.

**MAPA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2012 e 2012
POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	R\$ 1,00					
	2011			2012		
	AUTORIZADO	LIQUIDADO	IEO (1)	AUTORIZADO	LIQUIDADO (2)	IEO
30 GOVERNO ESTADUAL	279.982.326	123.806.907,00	44,22	488.871.358,00	63.994.104	13,09
40 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	651.002.671	425.377.220,00	65,34	761.674.577,00	48.412.962	6,36
50 ENTID. PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	29.916.368	14.186.375,00	47,42	17.105.969,00	2.661.498	15,56



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

60 INST. PRIVADA COM FIM LUCRATIVO	590794	-	-	602.115,00	0	-
71 CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0	-	-	7.117.500,00	487500	6,85
80 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	11660441	11.660.242,00	100,00	8.821.794,00	3935331	44,61
90 APLICAÇÃO DIRETA	8.386.321.883	6.894.286.025,00	82,21	8.903.759.402,00	4.789.690.360	53,79
91 APLIC. DIRETA ENTRE ORG, FUND E ENTIDADES	646.307.310	638.235.022,00	98,75	632.967.230,00	517.145.995	81,70
99 A DEFINIR	101.063.345	-	-	53.844.000,00	0	-
TOTAL	10.106.845.138	8.107.551.791	80,22	10.874.763.945	5.426.327.750	49,90

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração CONOF/CD.

1) IEO = LIQUIDADO/AUTORIZADO*100

2) VALOR LIQUIDADO ATÉ 14-11-2012

3.2 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

48. O Órgão 49.000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA tem como área de competência a reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e a identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. A proposta orçamentária para o exercício de 2013 deste Órgão engloba duas unidades orçamentárias:

- a) 49.101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- b) 49.201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

49. O valor proposto para a área é de R\$ 4,730 bilhões, superior em cerca de 10 % ao valor da proposta de 2012, sendo R\$ 1,561 bilhão para a unidade orçamentária MDA e R\$ 3.169 bilhões para o INCRA.

50. De acordo com a Mensagem, desde 1994 foram assentadas cerca de 1 milhão de famílias, sendo que a meta para 2013 é de 30 mil famílias. Além da distribuição da terra, a Reforma Agrária deve considerar a necessidade de desenvolvimento das famílias assentadas. Para isso são fundamentais investimentos em assistência técnica e extensão Rural, assim como em infraestrutura básica dos assentamentos. Para o próximo ano, a meta constante do PLOA é prestar assistência técnica a 380 mil famílias com a aplicação de R\$ 340,0 milhões, assim como aplicar cerca de R\$ 200,0 milhões em ações voltadas à infraestrutura básica, com o objetivo de atender cerca de 20,5 mil famílias.

51. A Mensagem também aponta a intenção do Governo de aplicar, em 2013, R\$ 5,0 milhões na regularização fundiária, com a meta de regularizar 10 mil imóveis. As áreas consideradas prioritárias são aquelas nas quais há ocorrência de ocupações passíveis de titulação, incidência de “grilagens”, concentração de pequenas propriedades, bem como as áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local.

52. No que se refere ao “Plano Brasil Sem Miséria”, cujas ações a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012) estabelece entre as prioridades governamentais, verificamos que há quatro ações do MDA e uma do INCRA que constam do Plano, conforme tabela a seguir:

**Ações relativas ao Plano Brasil Sem Miséria (MDA e INCRA)**

Em R\$ Mil

Unid. Orçamentária	Ação	PLOA 2013
Ministério do Desenvolvimento Agrário	210V Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar	63.647,8
	210O Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	465.940,4
	210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	31.238,1
	2B81 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	118.437,0
INCRA	210S Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	342.093,7

53. As ações relativas ao Plano Brasil sem Miséria constam das Informações Complementares ao PLOA 2013 (Anexo III, inciso XXIX). As próprias Informações Complementares esclarecem, contudo, que “os recursos destinados à superação da extrema pobreza podem não corresponder ao valor global da ação”. Como não há marcador específico que permita a identificação dos volumes de recursos de cada ação que serão aplicados efetivamente de forma prioritária, resta-nos como referencial os dados constantes da Mensagem que indicam que: “sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, será aplicado um total de R\$ 460,7 milhões para benefícios a 39 mil agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos; para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural a 195 mil agricultores familiares e a 57 mil famílias residentes em assentamentos; e para apoio a 1.300 empreendimentos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar”.

54. Outro aspecto Proposta que merece menção diz respeito à aglutinação de ações que, a exemplo do que ocorreu nas demais unidades orçamentárias, também afetou as programações a cargo do MDA e do INCRA. De acordo com o Governo, o detalhamento da execução das ações poderá ser acompanhado a partir de consultas ao “Plano Orçamentário”². O quadro abaixo traz as principais ações executadas no âmbito do MDA que foram objeto de aglutinação:

PLOA 2013 Aglutinação de Ações Orçamentárias no âmbito do Órgão 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

UO	Ações (LOA 2012)	Ações (PLOA 2013)
MDA	<ul style="list-style-type: none">• Apoio à Estruturação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural• Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas• Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	210O - Assistência técnica e extensão rural para Agricultura Familiar

² Conforme o Manual Técnico de Orçamento - MTO-2013, o “PO é uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo (localizador de gasto) da ação. Em outros termos, o PO foi criado para viabilizar a reestruturação da programação qualitativa de acordo com a produção pública: ações finalísticas, com produtos finais; e ações-meio, com produtos intermediários. Identificando aos beneficiários o que interessa, a contraprestação do Estado sob a forma de produtos e serviços finais”



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

	<ul style="list-style-type: none"> • Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural • Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais • Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste • Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS • Capacitação de Agentes de Desenvolvimento • Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais • Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais • Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras • Fortalecimento e Valorização de Iniciativas Territoriais de Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade 	210X - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária • Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol • Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento • Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais • Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento • Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento 	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais
INCRA	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à Inserção dos Agricultores Familiares na Produção de Base Ecológica e Orgânica • Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis • Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar • Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar • Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável em Áreas de Produção de Tabaco • Fomento à Produção de Tecnologias e de Conhecimentos Apropriados para a Agricultura Familiar • Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semiárido • Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade, Valorização e Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais 	210V - Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar

3.2.1 A PROPOSTA E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MDA

55. A tabela a seguir compara as dotações constantes das propostas orçamentárias para 2012 e 2013, para a Unidade Orçamentária MDA, por Programas.

Propostas Orçamentárias do MDA 2012 x 2013 (Programas)

Em R\$ Mil

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

Programas	PLOA 2012	PLOA 2013	Variação
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	60,0	13,0	(78,3)
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa	665,5	1.793,4	169,5
Agricultura Familiar	468.235,7	763.826,4	63,1
Biodiversidade	2.000,0	-	(100,0)
Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	393.813,0	455.300,0	15,6
Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	2.875,0	2.880,6	0,2
Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	1.500,0	-	(100,0)
Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	77.200,0	76.616,1	(0,8)
Segurança Alimentar e Nutricional	163.844,3	118.437,0	(27,7)
Gestão e Manutenção do Ministério do Desenv. Agrário	110.037,1	142.311,3	29,3
TOTAL	1.220.230,7	1.561.177,9	27,9

Fonte: SIAFI/Prodasen

56. Verifica-se uma elevação de quase 28% nos recursos propostos para 2013, em relação aos do PLOA de 2012. Entre os programas finalísticos cabe destacar o incremento de recursos para Agricultura Familiar de R\$ 295,5 milhões (63,1%) e para Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária de R\$ 61,5 milhões (15,6%). Por outro lado nota-se substancial redução dos recursos destinados a Segurança Alimentar e Nutricional de R\$ 45,4 milhões (-27,7%).

57. Em relação às fontes de financiamento da programação, o MDA contará basicamente com recursos do Tesouro:

**Proposta Orçamentária do MDA para 2013
(Fontes de Financiamento)**

Fonte	Valor (R\$ mil)
100 – Recursos Ordinários	1.519.748
150 – Recursos Próprios não Financeiros	39.129
Outras	2.300
TOTAL	1.561.177

Fonte: SIAFI/PRODASEN

58. Quanto à aplicação, segundo o grupo de natureza da despesa (GND), o quadro para 2013 mostra que 55,0% dos recursos serão destinados às despesas correntes e 30,0% a investimentos.

**Proposta Orçamentária do MDA para 2013
(GND)**

GND	Valor (R\$ mil)
1-Pessoal e Encargos	33.505
2-Juros e Encargos	427
3-Outras Despesas Correntes	954.541
4-Investimentos	462.337
5-Inversões Financeiras	109.000
6-Amortização	1.365
TOTAL	1.561.177

Fonte: SIAFI/PRODASEN



59. A análise da execução orçamentária de 2012 propicia visão mais abrangente do desempenho da unidade orçamentária e pode ser verificada pelos dados da tabela a seguir:

**Execução Orçamentária do MDA em 2012
(Programas)**

Em R\$ mil

Programa	PL	Autorizado (A)	Empenhado	Liquidado (B)	Pago	(B/A) (%)
- Previdência de Inativos e Pensionistas da União	60,0	60,0	-	-	-	-
- Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	665,4	665,4	305,1	305,1	305,1	45,85
- Agricultura Familiar	468.235,6	916.365,9	587.139,8	361.603,2	361.603,2	39,46
- Biodiversidade	2.000,0	2.000,0	1.759,3	-	-	-
- Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	393.813,0	1.906.867,9	203.813,4	28.476,0	28.403,3	1,49
- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	2.875,0	2.875,0	345,3	135,4	135,4	4,71
- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	1.500,0	1.500,0	120,0	75,8	75,8	5,05
- Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	77.200,0	76.962,0	59.599,7	12.205,2	12.192,4	15,86
- Segurança Alimentar e Nutricional	163.844,3	163.567,1	19.293,7	19.155,4	18.458,9	11,71
- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário	110.037,1	117.093,0	96.948,3	71.760,5	71.748,2	61,29
TOTAL	1.220.230,6	3.187.956,5	969.325,0	493.716,8	492.922,5	15,49

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração CONOF/CD.

Valores executados até 14/12/2012

60. De um total autorizado para o MDA de R\$ 3.187,9 bilhões, foram executadas (no conceito de despesa liquidada), até 14/12/2012, 15,4% do valor autorizado. Índices semelhantes de execução eram observados em igual período de 2011, indicando a já habitual prática de concentrar a execução no último mês de cada exercício.

61. Verifica-se que os Programas Finalísticos são os mais prejudicados, em especial o Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, onde foram executados apenas 28,4 milhões de um total de 1,9 bilhão de dotações autorizadas. Neste Programa estão alocadas as dotações para “Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais” (R\$ 470,5 milhões de autorização), e para “Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 habitantes” (R\$ 1,08 bilhão de autorização), ação constante do PAC. Apesar da evidente relevância de tais ações, ambas contam com baixas execuções até o momento (0,67 e 0,0 % respectivamente).



3.2.2 A PROPOSTA E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO INCRA

62. Os dados da tabela a seguir mostram que a proposta para 2013 apresenta um acréscimo global de 2,9% em relação à de 2012.

Propostas Orçamentárias do Incra 2012 x 2013 (Programas)

Em R\$ mil

Programa	PLOA 2012	PLOA 2013	Variação (%)
- Previdência de Inativos e Pensionistas da União	361.961,3	381.087,6	5,28
- Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	547.169,2	637.789,8	16,56
- Agricultura Familiar	220.100,0	342.093,8	55,43
- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	56.000,0	30.500,0	(45,54)
- Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	1.245.940,0	1.132.606,7	(9,10)
- Programa de Gestão e Manutenção do MDA	649.895,8	654.951,5	0,78
TOTAL	3.081.066,4	3.169.029,6	2,85

Fonte: Siafi/PRODASEN

63. No Incra, o Programa com maior incremento foi Agricultura Familiar, com aumento de R\$ 122,0 milhões (55,4%), onde estão alocados os recursos para assistência técnica e extensão rural para famílias assentadas. Por outro lado, há um decréscimo de R\$ 113,3 milhões (9,1%) nos recursos destinados à Reforma Agrária e Ordenamento de Estruturas Fundiária.

64. Em relação às fontes de financiamento da programação, o Incra contará basicamente com recursos ordinários do Tesouro, no valor de R\$ 1,08 bilhão e de Outras Contribuições Sociais em R\$ 896,3 milhões.

Proposta Orçamentária do Incra para 2013 (Fonte)

Fonte	Valor (R\$1,00)
100 – Recursos Ordinários	1.377.581.041
156 – Contribuição do Servidor para o PSS.	54.751.104
164 – Títulos da Dívida Agrária	594.400.000
169 – Contribuição Patronal para o PSS	79.210.371
175 – Taxas por Serviços Públicos	8.499.221
176 – Outras Contribuições Sociais	1.023.906.247
250 – Recursos Próprios não Financeiros	30.681.665
TOTAL	3.169.029.649

Fonte: Siafi/PRODASEN

65. No que se refere ao grupo de natureza da despesa (GND), observa-se que a maior parte dos recursos programados para o exercício será destinada à inversões financeiras.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

**Proposta Orçamentária do Incra para 2013
(GND)**

GND	Valor (R\$ 1,00)
1-Pessoal e Encargos	861.772.939
3-Outras Despesas Correntes	792.438.343
4-Investimentos	221.753.587
5-Inversões Financeiras	1.293.064.780

Fonte: Siafi/PRODASEN

66. Quanto à modalidade de aplicação, verifica-se na tabela a seguir que o orçamento do Incra deverá ser executado diretamente pelo próprio Instituto, onde estão previstos R\$ 2,4 milhões na modalidade de aplicação 90.

**Proposta Orçamentária do Incra para 2013
(Modalidade de Aplicação)**

Modalidade Aplicação	Valor (R\$1,00)
30 – Transf. a Estados e ao DF	40.250.812
40 – Transf. a Municípios	40.837.229
50 – Transf. a Instituições Privadas	13.738.854
90 – Aplicações Diretas	2.991.364.078
91 – Aplicação Direta Org. F. Entidades	82.838.676

67. A tabela a seguir mostra as informações, até o mês de novembro, da execução orçamentária do Incra:

**Execução Orçamentária do Incra em 2012
(Programas)**

Em R\$ mil

Programa	PL	Autorizado (A)	Empenhado	Liquidado (B)	Pago (C)	(B/A) (%)
- Previdência de Inativos e Pensionistas da União	361.961,3	379.261,2	304.081,9	304.081,9	304.079,0	80,1
- Operações Especiais:- Cumprimento de Sentenças Judiciais	547.169,2	377.463,5	375.246,3	374.838,3	374.838,3	99,3
- Agricultura Familiar	220.100,0	272.563,1	152.291,7	41.820,1	39.986,8	15,3
- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	56.000,0	56.000,0	46.063,2	5.581,1	5.570,8	9,9
- Reforma Agrária e - Ordenamento da Estrutura Fundiária	1.245.940,0	1.331.073,3	468.754,6	332.604,2	330.072,1	24,9
- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário	649.895,8	646.026,1	501.096,8	471.565,6	471.112,8	72,9
TOTAL	3.081.066,4	3.062.387,4	1.847.534,7	1.530.491,4	1.525.660,1	49,9

Valor da execução em 14/11/2012

Fonte: Siafi/PRODASEN

68. Pelos dados, observa-se que, na execução do Incra foram executados (liquidados) 49,98% dos recursos globais autorizados. Porém, os principais Programas



finalísticos apresentam execução mais baixa: Agricultura Familiar (15,34%) e Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (24,9%).

69. Cabe destacar que o Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária contempla dotações para a reforma agrária que se encontram com baixa execução orçamentária até o momento, tais como: Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária (execução de apenas 26% dos R\$ 601,0 milhões autorizados); e Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento (execução de 9,2% dos R\$ 345,4 milhões autorizados).

3.3 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

70. A proposta orçamentária de 2013 para o Ministério da Pesca e Aquicultura é de R\$ 249 milhões, 5,7% inferior aos R\$ 264 milhões propostos e 23,4% inferior aos R\$ 325 milhões aprovados para 2012.

71. Os R\$ 249 milhões propostos para 2012 estão distribuídos entre os programas 2052 - Pesca e Aquicultura: R\$ 132 milhões (53%), 2028 - Defesa Agropecuária: R\$ 16 milhões (6%), e 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura: R\$ 101 milhões (41%).

72. A tabela a seguir mostra a execução dos programas vinculados ao Ministério da Pesca e Aquicultura em 2010, 2011 e 2012:

R\$ 1.000

Programa	2010	2011	2012 ⁽¹⁾			
	Liquidado	Liquidado	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)
2052 Pesca e Aquicultura	-	-	143.914	202.627	12.848	6,3%
2028 Defesa Agropecuária	-	-	15.050	15.050	4.844	32,2%
2113 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura	-	-	104.550	105.708	63.731	60,3%
Outros	315.585	206.323	-	-	-	-
Total	315.585	206.323	263.515	323.386	81.423	25,2%

(1) Execução até 14/11/2012.

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

73. Todas as despesas do Órgão estão classificadas na Função 20 - Agricultura. No que se refere ao grupo de natureza de despesa - GND, 62% das despesas previstas foram alocadas em Outras Despesas Correntes (R\$ 153,5 milhões), 25% em Investimentos (R\$ 62,4 milhões) e 13% em Pessoal (R\$ 32,7 milhões). A tabela abaixo mostra que a redução de 5,7% (R\$ 14.927 milhões) no proposto para 2013 concentrou-se em investimentos (R\$ 8,2 milhões) e custeio (R\$ 7,2 milhões).

R\$ 1.000

GND	2012		2013		Variação
	Valor	%	Valor	%	
1-PES	32.240	12,2%	32.683	13,1%	443
3-ODC	160.691	61,0%	153.483	61,7%	-7.208
4-INV	70.583	26,8%	62.421	25,1%	-8.162
TOTAL	263.515	100	248.587	100	-14.927

Fonte: PLOA 2012 e 2013

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

74. Em comparação ao grupo Outras Despesas Correntes, as despesas com pessoal ainda são pequenas, mas apresentam o maior índice de execução orçamentária até 14/11/2012 (75,8%), conforme o quadro a seguir, que demonstra ainda uma baixa execução em custeio (30,8%) e uma execução quase nula em investimentos (3,5%).

MPA - DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
Execução 2011-2012 e PLOA 2013

R\$ 1.000

Programa	2011	2012 ⁽¹⁾				2013	Variação (2013- 2012)
	Liquidado	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)	Proposta	
1 Pessoal e Encargos Sociais	31.996	32.240	33.000	25.022	75,8%	32.683	443
3 Outras Despesas Correntes	107.984	160.691	169.360	52.217	30,8%	153.483	-7.208
4 Investimentos	66.343	70.583	121.026	4.183	3,5%	62.421	-8.162
Total	206.323	263.515	323.386	81.423	25,2%	248.587	-14.927

(1) Execução até 14/11/2012.

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

75. A tabela a seguir detalha as ações do principal programa temático a cargo do Ministério da Pesca e Aquicultura, 2052 - Pesca e Aquicultura (R\$ 132 milhões), segundo o PLOA 2013:

R\$ 1.000

Ação	PLOA 2013
20Y0 - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola	42.277
20Y1 - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	33.512
0080 - Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)	22.164
14T1 - Implantação de Terminais Pesqueiros (TPP)	17.675
20Y2 - Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas	15.946
Total	131.575

Fonte: PLOA 2013

4. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS APROVADOS

76. Tendo em vista o disposto no Item 35.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, esta Relatoria constatou a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 215.330.080,00, destinado a reforçar a provisão orçamentária da Ação 0359 – “Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)”.

77. Esse crédito foi editado por meio da Medida Provisória nº 596, de 6 de dezembro de 2012. Como pode ser reaberto no próximo exercício, é bastante provável que cause impacto na programação de 2013 que venha a ser aprovada para o MDA quando passa a concorrer com a receita auferida naquele exercício.



5. OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

78. Dedicamos especial atenção à análise das informações levantadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU no que se refere a obras com pendências junto àquela Corte. Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação desta Área Temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na Proposta Orçamentária para 2013.

6. ANÁLISE DAS EMENDAS

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

79. A Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário recebeu 816 emendas para análise, sendo 815 de apropriação e uma de remanejamento. Das emendas de apropriação, 778 são individuais e 37 coletivas, sendo 29 de bancadas estaduais e oito de comissões, das quais quatro de comissão da Câmara dos Deputados e quatro do Senado Federal.

80. O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou R\$ 5,1 bilhões, sendo R\$ 2,1 bilhões de bancadas estaduais, R\$ 1,9 bilhão de comissões e R\$ 1,1 bilhão de emendas individuais.

81. A emenda de remanejamento, apresentada pela Bancada do Estado do Ceará, totalizou R\$ 50 milhões.

82. Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais desta Área Temática.

83. Observamos ainda que em razão do disposto no item 17.1.10 do Parecer Preliminar, as Comissões Permanentes de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, embora considerem prioridade absoluta, se abstiveram de apresentar emenda para fortalecer a programação destinada à defesa sanitária animal e vegetal. Assim, com elas reconhecemos o acerto da proposta do Relator Geral deste Projeto de Lei em reconhecer o caráter estratégico dessas ações e aguardamos confiantes as alocações de recursos nessa programação.

84. Ressaltamos também que a programação do Ministério da Pesca e Aquicultura deverá ser suplementada em R\$ 50 milhões em decorrência de solicitação encaminhada pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão ao Senhor Presidente da CMO. Esses recursos são essenciais para permitir a execução do PLANO SAFRA DA PESCA E AQUICULTURA 2013-14, anunciado em 25 de outubro de 2012 pela Presidente da República em cerimônia no Palácio do Planalto.

6.2 AJUSTES E ADEQUAÇÕES NAS EMENDAS

85. Considerando-se as limitações constitucionais, bem como as estabelecidas no Parecer Preliminar ao PL Nº 24/2012-CN e na Resolução nº 1/2006-CN, procuramos superar eventuais incorreções técnicas encontradas em algumas proposições apresentadas com dois objetivos: compatibilizar as propostas com a estrutura orçamentária



do Projeto de Lei e minimizar os entraves na fase de execução da programação orçamentária emendada.

86. Assim, além da análise do mérito, procuramos ajustar ou adequar algumas emendas às normas estabelecidas para sua apresentação e ao programa de trabalho proposto no referido Projeto de Lei. Alterações mais significativas foram autorizadas pelos respectivos autores por meio de pedidos encaminhados ao Presidente da CMO, via Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas – SISEL. A Secretaria da CMO publica relatório dessas solicitações, as quais se referem a um ou mais de um dos seguintes itens:

- a) **Grupo de Natureza da Despesa:** para ajustar as despesas com o tipo de gasto pretendido;
- b) **Modalidade de Aplicação:** para adequar a responsabilidade de execução da emenda às reais intenções de seu autor e, também, para evitar a ocorrência de emenda dentro das proibições de transferência de recursos para entidade privada constantes do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e do Capítulo IV, Seção I - Das Transferências para o Setor Privado, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013);
- c) **Funcional e Programática:** para acomodar as intenções do autor, constantes na justificção ou no subtítulo, dentro da programação do órgão orçamentário e dos programas existentes;
- d) **Subtítulo da emenda:** principalmente para melhorar a indicação da localidade e da matéria de competência das diversas unidades orçamentárias desta Área Temática, ou mesmo para adequá-la ao disposto no art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Inciso VI do art. 18 da LDO 2013, adequando-a aos casos em que a Constituição Federal permite a transferência voluntária de recursos da União para Estados e Municípios;
- e) **Metas e quantidades:** para adequar aos padrões sistematizados e aos custos unitários médios utilizados como referenciais;
- f) **Unidades Orçamentárias:** para adequar a ação proposta no subtítulo com o programa de trabalho da respectiva unidade orçamentária;
- g) **Localidade:** para ajustar a região ou município à proposta apresentada no subtítulo ou na justificção ou para tornar a localidade mais específica;
- h) **Órgão:** para adequar a ação proposta ao programa de trabalho do órgão executor.

6.3 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE

87. A Resolução nº 1/2006-CN prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da sua discussão do correspondente Relatório Setorial.

88. Como o Relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE) sobre as emendas coletivas de apropriação somente será votado pela CMO após a entrega



deste Relatório Setorial, somente após a votação do Relatório do CAE é que será possível verificar, de forma definitiva, a conformidade das emendas apresentadas a esta Área Temática à Resolução nº 1/2006-CN e ao Relatório do CAE.

89. No caso da Emenda de Remanejamento nº 71070001, sugerimos que o Presidente da CMO declare sua inadmissão, por contrariar o Art. 48 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

90. Quanto às emendas individuais consideramos que todas estão em conformidade com as leis e normas orçamentárias e financeiras vigentes.

6.4 PADRÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS

91. Na medida do possível, procuramos aproximar os valores unitários das metas das emendas apresentadas aos custos unitários implícitos no Projeto encaminhado pelo Poder Executivo. No caso das emendas em itens não contemplados na programação de trabalho proposta, sugerimos valores aproximados com as cotações de mercado.

92. Solicitamos, entretanto, aos senhores assessores e secretários parlamentares que consultassem os prováveis usuários e beneficiários sobre suas reais necessidades, em virtude de diferenças regionais e da grande variabilidade em termos de potência, marcas, utilização e qualidade das máquinas e equipamentos para uso na agricultura.

6.5 ANÁLISE DE MÉRITO DAS EMENDAS

93. As emendas coletivas, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado em termos de políticas públicas de caráter nacional ou regional, mereceram nossa atenção especial.

94. Pelo inegável mérito, mas em razão da limitação de recursos, as acolhemos parcialmente. Os recursos foram distribuídos de forma equilibrada com a dimensão da oferta e da demanda dos setores agrícola, agrário e da pesca de cada estado. Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Utilizamos, no modelo de simulação, indicadores construídos com informações oficiais do IBGE, tais como, a área utilizada com lavouras, população total residente e produto interno bruto per capita. A motivação política das diversas bancadas em apresentar emendas a esta Área Temática foi por nós interpretada como critério adicional para promover ajustes no atendimento de suas respectivas demandas.

95. As emendas individuais foram consideradas meritórias e aprovadas em sua totalidade.

6.6 FONTES DE RECURSOS

96. Esta Relatoria contou com um total de R\$ 1,703 bilhão recebido do Relator Geral para o atendimento das emendas apresentadas, sendo:

- R\$ 1,111 bilhão para as emendas individuais, nos termos do item 25.1 da Parte B – Parte Especial e do Anexo III, item 2.1, do Parecer Preliminar sobre o PLOA 2013; e



- R\$ 391,4 milhões para as emendas de bancadas e de comissões, nos termos do item 26.2 da Parte B e do Anexo III, item 3.2, do Parecer Preliminar.

97. Verificando que os recursos destinados ao atendimento das emendas coletivas se apresentava insuficiente para atender às expectativas das comissões e das bancadas, optamos por promover parte dos cancelamentos permitidos no Inciso VIII da Parte B do Parecer Preliminar.

6.7 PARECER ÀS EMENDAS

98. Verificamos, inicialmente, que, nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas de apropriação apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis com a LDO 2013, com o PPA 2012-2015, com a Lei 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e demais normas orçamentárias em vigor.

6.7.1 PARECER ÀS EMENDAS INDIVIDUAIS

99. Considerando o que foi exposto e após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Subseção V, da Seção VI, da Resolução nº 1/2006-CN, do Congresso Nacional, e na Parte B do Parecer Preliminar, **somos pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas.**

6.7.2 PARECER ÀS EMENDAS COLETIVAS

100. Decidimos, após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Seção VI, da Resolução nº 1/2006-CN, do Congresso Nacional, bem como na Parte B do Parecer Preliminar, **aprovar parcialmente todas as emendas coletivas de apropriação apresentadas.**

101. Quanto à emenda coletiva de remanejamento, **sugerimos à presidência desta CMO que declare a inadmissibilidade da Emenda nº 71070001**, por contrariar o art. 48 da Resolução nº 1, de 2006-CN.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 24, de 2012-CN

II - VOTO DO RELATOR

Pelo exposto no presente Parecer, somos pela **aprovação** da proposta orçamentária para o ano 2013 (PLN nº 24, de 2012-CN), no que concerne aos órgãos e entidades albergados pela Área Temática IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário, nos termos apresentados pelo Poder Executivo na forma da **Mensagem Presidencial nº 91, de 2012-CN (nº 387, de 2012, na origem)**, com as alterações decorrentes das emendas que propomos aprovação ou aprovação parcial.

Sala da Comissão Mista, de dezembro de 2012

Deputado WANDENKOLK GONÇALVES
Relator Setorial
ÁREA TEMÁTICA IX
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO